



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**EDcl na HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 4643 - EX  
(2020/0301208-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : G F C B C P**  
**ADVOGADA : HELIANE DE OLIVEIRA LUDOVINO - DF027747**  
**EMBARGADO : A M C P**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por G. F. C. B. C. P. sob a alegação de que a "decisão que antecipou os efeitos da tutela deve ser corrigida para constar o nome de solteira da requerente de forma correta: G.F.C.B, e não G.F.C.B.C, tal equívoco pode ser motivo de restrição no cartório para que a mesma possa se habilitar no processo do novo casamento, portanto, se faz necessária a correção para evitar maiores problemas" (fl. 71).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Com razão a embargante.

Há erro material na decisão de fls. 64-65. Conforme certidão de casamento de fl. 20, o nome de solteira da parte requerente é G. F. C. B.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para corrigir o erro material, fazendo constar na parte dispositiva da decisão de fls. 64-65 a seguinte redação:

Ante o exposto, somente para formalizar o novo matrimônio da requerente, defiro o pedido de tutela de urgência, antecipando os efeitos da homologação da sentença estrangeira exclusivamente na parte em que decretou o divórcio de G. F. C. B. C. P. e A. M. C. P.

Cumprе ressaltar que a requerente retomou o uso do sobrenome de solteira, qual seja, G. F. C. B.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para que, nos termos do art. 216-L do RISTJ, manifeste-se acerca do pedido de homologação de sentença estrangeira.

Publique-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente